Análise do discurso oficial de lançamento da campanha do governo federal contra violência doméstica no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil

CIBELY EUGÊNIA DA SILVA*

JORGE HENRIQUE SILVESTRE BARBOSA**

Resumo: A proposta deste artigo é apresentar uma análise sobre a invisibilidade do tema feminicídio e, mais ainda, de sua forte relação com a questão racial no contexto da campanha de combate à violência doméstica lançada pelo governo federal em 15 de maio de 2020, cerca de dois meses após o início dos primeiros casos de Covid-19 noticiados no Brasil. As materialidades discursivas selecionadas são provenientes de texto e vídeo disponíveis na *internet,* retiradas da página oficial da TV Brasil no *YouTube*; da página eletrônica oficial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e do site da revista Veja. Nosso referencial teórico é a Análise de Discurso pecheutiana, por ser uma teoria de entremeio entre a Linguística, o Materialismo histórico e a Psicanálise, com autores como Pêcheux (2010), Althusser (1980) e Orlandi (1996-2016), dialogando com autores como Almeida (2019) e Crenshaw (2020).

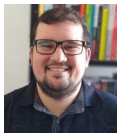
Palavras-chave: Silenciamento; Feminicídio negro; Raça; Classe.

Analysis on the official releasig speech of the federal government campaign against domestic violence on Brazil's Covid-19 pandemic scenario

Abstract: The purpose of this article is presenting an analysis on the invisibility of feminicide as a discursive theme and its strong relationship with the racial issue at the context of the campaign against the rise of domestic violence, launched by brazilian federal government on May 15th, 2020 - two months after the very first cases of Covid-19 reported in Brazil. The selected discursive materialities stem from text and video available at the official page of TV Brasil on YouTube; official website of Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; and at the website of Veja magazine. Our theoretical approuch is grounded on the Pecheutian Discourse Analysis, as it is a bordering theory among Linguistics, historical materialism and Psychoanalysis, dialoguing with authors such as Pêcheux (2010), Althusser (1980), Orlandi (1996-2016), Almeida (2019) and Crenshaw (2020).

Key words: Silencing; Black women's feminicide; Race; Social classes.

* **CIBELY EUGÊNIA DA SILVA** é doutoranda e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas.

**  **JORGE HENRIQUE SILVESTRE BARBOSA** é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia.

1. Introdução

O isolamento social instaurado no Brasil em meados do mês de março de 2020, por conta da pandemia de Covid-19, trouxe consigo, além de disputas discursivas no campo da política, uma série de problemas sociais. Dentre estes, o aumento expressivo de casos de violência doméstica. No que se refere especificamente ao feminicídio, tema que abordaremos neste artigo, houve um aumento nos casos noticiados no Brasil. De acordo com o levantamento realizado nos meses de março e abril deste ano e divulgado no site do Jornal Ponte, foram registrados 5% mais casos em relação a igual período de 2019. Nestes dois meses, 195 mulheres foram assassinadas, enquanto em março e abril de 2019 foram registradas 186 mortes.

Estes números, por si, não nos dão a dimensão de qual a parcela ocupada por casos envolvendo mulheres negras nesta estatística. Porém, ao considerarmos o levantamento do Atlas da Violência de 2019, pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), vemos que 66% das mulheres assassinadas em 2018, no Brasil, eram negras. Tendo esta informação como referência, a mais recente disponível durante a realização deste trabalho, fica evidente a importância de trazer o tema do feminicídio para a arena do debate social do país, e, mais ainda, do ato praticado contra mulheres negras, uma vez que a condição periférica que ocupam, em diversos sentidos do termo, contribui para o silenciamento e apagamento desse grupo nas notícias as quais a população em geral tem acesso através dos canais de comunicação da grande mídia.

Considerando essa questão, nossa proposta, com este artigo, é apresentar uma análise sobre a invisibilidade do tema feminicídio e, mais ainda, o apagamento de sua forte relação com a questão racial no contexto da campanha de combate à violência doméstica lançada pelo governo federal, indicando como essa dinâmica sugere uma disputa que visa tornar o debate público mais distante do reconhecimento dos recortes de gênero, raça e classe como fundamentais para avançar na criação e implementação de políticas públicas efetivas.

Falar em feminicídio negro remete a uma reflexão mais profunda que envolve pensar nos processos de dominação e discriminação sofridos ao longo da história pelas mulheres negras, tendo em vista que o racismo é estrutural e não institucional, como nos mostra Almeida (2019, p.65) quando afirma que "o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional". Desta forma, adotamos o posicionamento de que o racismo é estrutural e, para este determinado grupo, ainda há implicações interseccionais que colocam a mulher negra em posições ainda mais subalternas na hierarquia social, posto que dentro de uma sociedade que se percebe hegemonicamente branca e masculina é racional que haja processos discriminatórios. Por interseccionalidade vamos adotar o direcionamento que Collins (2019, posição 889) dá ao dizer que o termo se refere a formas particulares de opressão interseccional, como raça e gênero, por exemplo, ou entre sexualidade e nação, não sendo a opressão um tipo específico, mas um conjunto interligado na produção de injustiças.

Assim, nossa análise está ancorada na perspectiva da Análise de Discurso pecheutiana, pois esta teoria nos permitirá empreender uma análise interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, uma vez que é uma disciplina de confluência entre o marxismo (materialismo histórico), como uma teoria das formações sociais, incluindo-se a ideologia; a Linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e, por fim, a Psicanálise, uma vez que o sujeito é afetado pelo inconsciente. Para tratar das questões linguísticas, vamos trazer primordialmente autores como Pêcheux (2010), Orlandi (1996-2016) e Althusser (1980); já as questões envolvendo o racismo e o feminismo negro serão tratadas tendo como principais referências as discussões empreendidas por Almeida (2019) e Crenshaw (2020). Daremos ênfase à categoria de Formação Discursiva (FD) e à noção da ideologia inserida nos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) para entender como os sujeitos, no contexto atual, acabam tendo seus sentidos silenciados na atual conjuntura política por meio do poder que os AIE exercem sobre a sociedade.

Para tanto, ao longo do texto, analisamos o discurso do atual governo federal através do conteúdo da campanha contra violência doméstica lançada em maio de 2020, após os registros de aumento de casos deste tipo no país em meio à quarentena relacionada à pandemia de Covid-19. Para isso, selecionamos como materialidades a cobertura jornalística do lançamento da campanha que foi promovida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) contra violência doméstica, disponível na página oficial da TV Brasil no *YouTube*, onde é possível ter acesso ao vídeo da cerimônia de lançamento completa; a cartilha oficial desta campanha, disponível na página eletrônica oficial do MMFDH, e uma reportagem sobre a violência contra a mulher da seção de saúde da página eletrônica da revista Veja.

2. Violência doméstica e feminicídio

Há algum tempo, a internet tem se consolidado como espaço que dispõe de fontes de informações, sejam elas confiáveis ou não. Posto isso, assim como ocorre nas mídias tradicionais, as informações que circulam na rede mundial também fazem parte do mesmo jogo de disputa discursiva que vemos fora dela - na televisão, por exemplo –, uma vez que os grandes conglomerados midiáticos fizeram uso de suas reputações já consolidadas para ocupar também este espaço, entrando em disputa com outros atores.

Considerando nossa análise, podemos destacar os últimos cinco anos, no caso do Brasil, como um período onde vimos se consolidar uma nova tendência do jogo político, principalmente a partir de grupos que compõem a extrema direita, que passaram a disputar espaço na internet com estes veículos tradicionais utilizando o que muitos chamam de "pós-verdade" [1] como estratégia discursiva para conquistar um espaço de legitimidade dentro do debate público.

Tendo em conta esta dinâmica e considerando toda a tradição intelectual responsável por destacar a importância de levarmos em consideração, dentro da pesquisa nas diferentes áreas das Ciências Humanas, as estratégias discursivas que reforçam e perpetuam, por exemplo, as desigualdades sociais em sentido amplo - de raça, de gênero,

[1] Para uma discussão mais detida sobre a pertinência do termo pós-verdade e sua relação com o cenário político recente do Brasil, ver Quadros (2018).

de classe, sexualidade –, salientamos que não é possível falar em discurso neutro ou esvaziado de sentido e que há sempre disputas de poder nesses espaços.

Porém, o sentido do discurso nem sempre - ou quase nunca - está claro, óbvio ou transparente, pois "os sentidos não se fecham, não são evidentes, embora pareçam ser. (...) eles jogam com a ausência, com os sentidos do não-sentido" (ORLANDI, 1996, p. 9). O sujeito se constitui na relação com o outro e, não sendo origem do sentido, está condenado a significar e é atravessado pela incompletude. Assim, para realizarmos nosso objetivo de analisar, a partir dos pressupostos da Análise de Discurso pecheutiana (AD), as materialidades selecionadas, desvelaremos o sentido encoberto nos discursos que, como demonstraremos ao longo do texto, acabam por silenciar o tema do feminicídio e, principalmente, o fato de as mulheres negras serem as mais afetadas dentro deste cenário de violência.

Pêcheux (2009, p.147) conceitua Formação Discursiva como "[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]". Assim, o sentido se configura como sendo o resultado de sua imersão em uma Formação Discursiva, FD, (aquilo que pode ser dito em determinado momento tendo em vista a posição que o sujeito ocupa numa dada conjuntura), pois uma mesma palavra varia de uma FD para outra. O sentido desliza e define a inserção do sujeito em uma FD ou em outra. Nas palavras de Pêcheux (2010, p. 146):

> as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às posições ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Neste caso, a produção antagônica de sentidos está relacionada com o lugar social que o sujeito do discurso ocupa num dado momento histórico, e com a(s) formação(ões) discursiva(s) ligadas à sua inscrição. Por isso, a mesma palavra pode ter sentidos outros, e, em outros momentos, diferentes palavras podem produzir sentidos semelhantes. Segundo Orlandi (2016, p. 55) "Não há sujeito, nem sentido, que não seja dividido, não há forma de estar no discurso sem constituir-se em uma posição-sujeito e, portanto, inscrever-se em uma ou outra formação discursiva [...]". Então, o sentido pode variar de acordo com a posição daqueles sujeitos que o empregam dentro de um determinado contexto social. Iremos trabalhar, a partir daqui, com os sentidos produzidos e que circulam na sociedade através de materialidades disponíveis na internet em relação ao feminicídio da mulher negra nos últimos meses.

3. Contradições e silenciamentos na campanha promovida pelo governo federal

Após a constatação de que os índices de violência doméstica aumentaram no contexto pandêmico, feita a partir de dados de aumento do número de denúncias realizadas através das centrais telefônicas disponibilizadas pelo governo federal, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) iniciou uma campanha de incentivo a denúncias, cujo o mote era "Denuncie a violência doméstica. Para algumas famílias, o isolamento está sendo ainda mais difícil". Junto à campanha, foram

lançados materiais publicitários e uma cartilha intitulada "Enfrentando a violência doméstica e familiar contra a mulher", contendo 35 páginas ilustrativas e informativas explicando o que é a violência doméstica e familiar, os tipos de violência, como identificá-las, os impactos da violência na saúde das mulheres e de seus filhos, os mitos em torno do tema e a rede de proteção disponibilizada pelos governos federal e estaduais.

O conteúdo da cartilha é didático e informativo, com recursos imagéticos que tentam chamar atenção do público leitor com uma linguagem acessível. Observamos que a intenção enunciada do texto é abordar a violência contra a mulher, servindo de fonte de instrução e de estímulo para que a mulher vítima de violência ou terceiros que presenciem casos do tipo consigam quebrar o ciclo de violência, mas o texto acaba se detendo apenas no repasse de informações, sem realmente conter uma narrativa que estimule a mulher a quebrar este ciclo. O foco do texto, assim como o da campanha, acaba se voltando à instrução e estimulação de terceiros para que possam identificar e denunciar casos de violência contra a mulher.

O texto da cartilha, em sua seção de dados sobre violência contra mulher, apresenta estatísticas que indicam que mulheres negras são maioria dentre os casos de feminicídio no Brasil e informa que a violência doméstica contra mulheres é a principal causa de feminicídio, como mostram as sequências discursivas por nós destacadas: "A violência doméstica e familiar é a principal causa de feminicídio no Brasil e no mundo" (p. 1); "O feminicídio é mais comum entre mulheres negras, sendo elas 61% das vítimas" (p. 8); "A violência doméstica e familiar atinge mulheres de todas as idades, classes sociais e níveis de escolaridade. Jovem, idosa, negra, branca, pobre, rica, indígena, com deficiência, do campo ou da cidade" (p. 14). Porém, apesar do caráter representativo do material, com personagens de várias etnias, este tipo de abordagem não consegue criar uma empatia com o público leitor por conta da linguagem rápida e objetiva do texto focada exclusivamente na mensagem que quer passar. Como afirmamos anteriormente, o texto da cartilha contém informações importantes e tenta representar a diversidade étnica do país, mas foge de seu principal objetivo ao não ter no seu interior termos que estimulem as mulheres afetadas a procurarem ajuda, nem passa segurança em relação à garantia de acolhimento, preferindo focar em informações objetivas e no estímulo a denúncias feitas por terceiros.

Além disso, a cartilha é de difícil acesso através da página eletrônica do MMFDH, não estando elencada entre o material da campanha que está disponível para o público, que consiste em peças publicitárias de rádio, televisão e redes sociais, e que também foca em estimular a denúncia feita por terceiros. Mesmo no lançamento oficial da campanha, a cartilha não foi citada, apesar de ter sido lançada dois dias antes.

Ainda que tenha apontado, mesmo que de forma superficial e apressada, estes dados sobre a relação entre violência doméstica, feminicídio e mulheres negras em seu discurso, quando partimos para a análise da fala da ministra Damares Alves na cerimônia do lançamento oficial da campanha contra violência doméstica no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil, proferida em 15 de maio de 2020,

percebemos que considerado como um todo, o discurso adota um tom completamente diferente.

A seguir, destacamos algumas sequências discursivas (SDs) extraídas de trechos da fala da ministra Damares Alves:

> SD 1: "Poderíamos estar aqui falando dos avanços que tivemos neste governo, mas o momento é de tristeza. Essa campanha se faz necessária por conta do *aumento do número de casos de violações de direitos humanos* que se instalou no Brasil com a pandemia.";
>
> SD 2: "Nesse governo, *nenhuma família ficará para trás*. Esse é um pedido a vocês, cidadãos, para denunciar e proteger a vítima. Em outros governos, a pessoa com deficiência não denunciava, não tinha voz";
>
> SD 3: "*Nossa campanha é para dizer para todo mundo denunciar*, nós garantimos o anonimato";
>
> SD 4: "O objetivo é despertar a urgência em exercitar o dever cívico de informar às autoridades sobre as situações de violência dentro dos lares. O objetivo é incentivar os vizinhos. Vizinhos, por favor, *enfiem a colher em briga de marido e mulher*. Comecem a denunciar";
>
> SD 5: "*violência doméstica não tem gênero*".

Diferente da cartilha, a ênfase da campanha é a violência doméstica de uma forma geral, não apenas direcionada às mulheres, mas também idosos, adolescentes e pessoas com algum tipo de deficiência. A linguagem é ainda mais objetiva, limitada à preocupação propagandista de divulgação da campanha e das ações exclusivas empreendidas pelo atual governo em relação aos governos anteriores. O enunciado continua focado na importância da participação de terceiros através de denúncias. Em momento algum a questão da violência doméstica contra as mulheres aparece em destaque, nem a questão do feminicídio. Ao generalizar o objetivo da campanha, tentando abarcar todas as formas de violência doméstica, a violência doméstica contra mulheres, que tem uma incidência maior do que os outros tipos de violência no Brasil, acabou por ser silenciada.

Ao elencar os tipos de violência doméstica que estavam sendo abordados na campanha, a violência contra mulher não teve destaque, sendo apresentados apenas os dados estatísticos e tendo sido feito apelo para que vizinhos denunciassem casos que presenciassem. Isto ocorreu porque o governo não apresentou nenhuma proposta diferente do que já vem sendo feito no país, o que ocorreu em relação aos outros tipos de violência doméstica apresentados. No caso da violência contra pessoas com deficiência, foi apresentado um aplicativo que permite a surdos fazerem denúncia via celular; e sobre violência contra idosos, foi apresentada a única iniciativa da campanha no âmbito legislativo: um projeto de lei em caráter emergencial para proteger idosos da prática de violência patrimonial. Por fim, ao apresentar os materiais publicitários da campanha que teve duração de apenas duas semanas, o material referente à violência contra mulher foi apresentado por último, tendo, antes disso, a ministra feito uma fala onde indicou que, em alguns outros casos de violência doméstica, a mulher poderá também ser agressora, ela diz:

> ...e nós trouxemos peça [publicitária], também, com agressora. Nós temos que lembrar que mulher também agride, que mulher também abusa sexualmente, então nós 'tamos

> trazendo aqui todos os tipos de agressores... Jovens também agride (sic). Nós temos que lembrar que nesse momento ninguém está acima de qualquer suspeita.

Não negamos a importância de uma campanha que abarque todos os tipos de violência doméstica, contudo queremos enfatizar, através da análise das escolhas linguísticas presentes nas materialidades selecionadas como objeto, que ao propor uma campanha de temática genérica, não houve o cuidado de apresentar, mesmo que em segundo plano, as especificidades de cada um dos tipos de violência doméstica. A ênfase da fala ficou no lançamento de um aplicativo por onde será possível para a vítima ou testemunhas enviarem denúncias de casos de violência doméstica, com a funcionalidade de acessibilidade para pessoas surdas; no lançamento de uma central telefônica 24 horas (que foi anunciada como "mais um produto do governo Bolsonaro") para a qual idosos poderão ligar e conversar com uma/um atendente no outro lado da linha; e no envio de um projeto de lei para coibir violência patrimonial durante a pandemia.

Portanto, entre o dito e o não dito, o sentido desliza e assume outras possibilidades dentro de uma Formação Discursiva, o que afeta diretamente a forma como os sujeitos se identificam com aquele discurso em determinado momento. Ao afirmar que "violência doméstica não tem gênero", reduzir a violação de direitos humanos a casos de violência doméstica, focar a campanha na denúncia realizada por terceiros, apresentar como única proposta legislativa decorrente da campanha um projeto voltado à proteção de patrimônio e afirmar que uma proposta de política de governo é "mais um produto" deste, o discurso feito pela ministra aparece como expressão das contradições estruturais que permitiram a eleição do atual governo federal do Brasil.

O que está implícito nesta aparente generalização benéfica que tenta proteger cada brasileira e brasileiro vítima de violência doméstica é justamente o silenciamento dos temas cruciais que devem ser discutidos para se tentar resolver este problema, em especial a questão da violência contra mulheres negras e periféricas, uma vez que estas são, mais constantemente, vítimas de violência doméstica. Segundo Orlandi (1996, p. 34) "O silenciamento, no entanto, sempre se acompanha de um movimento dos sentidos", assim, quando a maior parcela dos casos de violência doméstica, incluindo o feminicídio, está direcionada às mulheres negras, segundo dados estatísticos reproduzidos pelo próprio Ministério na cartilha e na fala da ministra que aqui abordamos, e esta questão não aparece em destaque na campanha, onde o que ganhou especial atenção foi a violência patrimonial contra idosos, tendo sido a única proposta legislativa do governo no âmbito da campanha, se desvela o sentido de que a proteção da propriedade privada é mais importante que a proteção da vida, mais ainda, das vidas destas que são as maiores vítimas de violência doméstica no Brasil.

Além disso, a formatação do discurso, focado em apresentar apenas as propostas e canais que são os diferenciais do governo Bolsonaro em relação aos governos anteriores, nas palavras da própria ministra, "um produto do governo Bolsonaro", expressa a estreita relação desse governo com as estruturas de funcionamento do mercado capitalista. Então, a fala da ministra, apesar de, num primeiro momento, aparentar estar

sendo dirigida a toda a população brasileira, buscando conscientizar sobre os tipos de violência doméstica e tentando demarcar que a preocupação recai sobre todos estes, aparece, numa análise mais cuidadosa, como direcionada a reforçar uma visão mais conservadora que tende a não reconhecer que existem níveis diferentes de um mesmo problema, afetando parcelas diferentes da população na sociedade. O presidente Bolsonaro nem chegou a falar durante a cerimônia, mas a todo o tempo a ministra se referia a ele como aquele que autorizou tudo, que mandou resolver os problemas detectados e, ao final, na curta fala da primeira dama, a primeira oração proferida é "bom dia, marido!", seguida de um sorriso.

Em momento algum foi falado sobre o funcionamento das redes de proteção que atuam diretamente nos estados e municípios, nas comunidades etc., acolhendo vítimas de violência doméstica e ajudando a promover seu distanciamento em relação ao agressor. Isso evidencia um governo autocentrado e que privilegia modelos autoritários de liderança política, uma vez que constantemente a fala da ministra tenta promover a percepção de que todos os problemas detectados podem ser resolvidos dentro do âmbito de atuação do atual governo federal, através da execução das propostas apresentadas, e busca deixar claro que as propostas passaram pela aprovação do líder.

Segundo Almeida (2019, p. 185), "a divisão de classes, a divisão de grupos no interior das classes, o processo de individualização e os antagonismos sociais que caracterizam as contradições que formam a sociabilidade capitalista têm o racismo como veículo importantíssimo" e isso se desvela quando o governo não utilizou o espaço para buscar fomentar o debate sobre o fato de os índices de violência contra mulheres e feminicídio serem maiores entre mulheres negras, preferindo dar ênfase à proteção do patrimônio, à vigilância mútua constante e às medidas de atenção primária no âmbito do governo federal (atendimento via centrais telefônicas).

Criar espaços de visibilidade para estas mulheres vai muito além de incentivos imagéticos com personagens negras e dizeres de apoio a denunciar ataques violentos durante a quarentena, uma vez que proporcionar oportunidades a esse grupo requer estratégias que visem acabar com as diferenças sociais enfrentadas dentro de uma sociedade racista e separatista, bem como possibilitar que mais pessoas falem sobre o assunto e, principalmente, que mulheres negras tenham voz para discutir sobre a temática, pois, como afirma Crenshaw (2020, p. 36):

> Mulheres pertencentes a minorias sofrem o efeito de múltiplas subordinações. Essas subordinações, aliadas a previsões institucionais que se baseiam indevidamente em contextos não interseccionais, acabam por construir cenários que limitam intervenções significativas a favor dessas mulheres.

Ainda sobre as múltiplas subordinações, dados do IPEA mostram que uma parcela de 80% da taxa de desemprego no Brasil, no ano de 2017, foi ocupada por mulheres negras, uma variação de 8,8 pontos percentuais contra 4,6 pontos percentuais de desemprego para homens brancos. Quando conseguem trabalho, ganham em média R$ 1.476 reais por mês, ou seja, menos que o homem negro (R$ 1849,00), a mulher branca (R$ 2.529,00) e o homem branco (R$ 3.364,00). Se pensarmos em uma estrutura social hierarquicamente composta, os dados mostram que a

mulher negra está em uma escala abaixo inclusive do homem negro.

A partir da campanha do governo e dos dados divulgados sobre o aumento do feminicídio na quarentena, alguns canais de comunicação da grande mídia entraram na campanha para incentivar a denúncia contra a violência doméstica. No caso das páginas de notícias dos veículos de massa tradicionais do país - principalmente aqueles rotulados pelo presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores como componentes do espectro político mais à esquerda -, diferente do material da campanha do governo federal, muitas vezes o foco foi a violência sofrida pelas mulheres. É importante contrapormos o discurso oficial do governo a respeito da campanha com o discurso midiático espraiado em outros meios de comunicação para compreendermos como as relações de sentido se estabelecem partindo de diferentes posições dos sujeitos que mobilizam esses discursos, pois, nas palavras de Orlandi (1996, p.96), "a mídia é um grande evento discursivo do modo de circulação da linguagem. Enquanto tal, ela é um acontecimento de linguagem que impõe sua forma de gerenciamento dos gestos de interpretação (...)".

Diferente do que acontece no discurso da ministra, onde a ênfase é a violência doméstica, as mensagens da reportagem que destacamos para análise comparativa estão centradas na violência contra a mulher e o sentido da mulher não é apagado ao longo do texto. Os conteúdos reforçam que há leis de proteção contra a mulher e incentivam as denúncias através dos canais responsáveis. Destacamos, abaixo, uma sequência discursiva disponível na seção de saúde da revista Veja, publicada meses após o lançamento da campanha do governo federal:

> SD 6: A ideia de que nossa casa é um local seguro e acolhedor não é uma realidade para *todas as mulheres* brasileiras. *Muitas delas* dividem o espaço com seu agressor e vivem anos em clima de tensão e medo. *É um drama que se acentua nas comunidades e na periferia*, uma vez que as dificuldades econômicas e sociais agravam a situação *das vítimas*. A vulnerabilidade eleva o nível de insegurança *dessas mulheres* e faz com que sofram caladas na maioria das vezes.

Por meio das relações anafóricas destacadas na SD 6 (em itálico), podemos perceber que o sentido da palavra mulher vai sendo retomado, reforçando uma escolha lexical que coloca a mulher no centro da problemática. Há uma preocupação em enfatizar que as mulheres são o foco da questão e isso faz toda a diferença para o público leitor porque a mídia é um aparelho de poder que mobiliza sentidos. Orlandi (Idem) vai retomar Althusser e dizer que os aparelhos de poder administram os sentidos e autorizam quem lê, escreve, fala e quem, por consequência, impõe aos sujeitos seu apagamento atrás da instituição. Segundo Althusser (1980, p. 56), a imprensa funciona como um Aparelho Ideológico do Estado (A.I.E.), podendo ser não só o alvo, mas também o local da luta de classes. Neste sentido, "Os Aparelhos Ideológicos do Estado têm sua unidade assegurada, na maioria das vezes em formas contraditórias, pela ideologia dominante, a da classe dominante".

É importante destacar que em todo o conteúdo publicado, o foco da violência contra a mulher não é dissipado. Através das relações anafóricas na construção textual, percebemos que a condição da mulher, enquanto vítima, vai sendo colocada em um patamar de

importância na discussão sobre a temática. É nesse ponto que está a principal diferença em como a informação foi veiculada na revista Veja e no discurso da ministra Damares Alves, uma vez que lá o deslize do sentido faz com que o centro da discussão saia da mulher e se disperse dentro do grande espectro do tema geral da violência doméstica no contexto pandêmico.

Contudo, apesar das diferenças que apontamos, não podemos deixar de destacar que, mesmo no contexto do veículo de comunicação taxado de "esquerdista" pelo governo federal, a questão da mulher negra não entrou no foco da discussão, ficando implícita dentro da temática da mulher de forma generalizada, quase imperceptível na gradação dos sentidos entre "todas as mulheres", "muitas delas", "das vítimas" e "dessas mulheres", o que quer dizer que a escolha pelo que é ou não é dito textualmente reflete um lugar de poder dentro da sociedade. Segundo Kilomba (2019, p. 14) "(...) a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade". Assim, destacamos que como um aparelho de poder, a revista poderia dar maior visibilidade para a violência sofrida por mulheres negras durante a quarentena, mas esse papel fica relegado às páginas eletrônicas de ONGs e coletivos de ativistas preocupadas/os com essa questão.

4. Considerações finais

A violência que as mulheres, principalmente as mulheres negras, sofrem, cotidianamente, não é algo que aflorou durante a pandemia de Covid-19, mas um reflexo do racismo estrutural que afeta a nossa sociedade desde a colonização. A mídia, enquanto espaço de circulação de dizeres, detém o poder da informação que será veiculada, enquanto um Aparelho Ideológico do Estado, e, em consequência, mobiliza as tomadas de posições dos sujeitos que acessam essas informações.

A depender do sentido que veiculam, os sujeitos podem inserir-se em uma ou outra Formação Discursiva e isso interfere na forma como são construídas suas relações na sociedade. Neste sentido, com o silenciamento da mulher negra nas notícias sobre a violência contra a mulher no contexto do Covid-19, os sujeitos podem ou não se identificar com os sentidos mobilizados no conteúdo das notícias e isso afeta a forma como eles dão importância a determinadas informações.

Dito isto, considerando as análises da campanha do governo federal e da matéria jornalística publicada na página eletrônica de uma revista de grande circulação nacional, evidencia-se um movimento onde o espaço para fomentar políticas públicas que levem em conta debates interseccionais de gênero, raça, classe e sexualidade, ainda que estes sejam fundamentais para avançar na resolução destes problemas, estão sendo deslocados para um campo mais conservador sob o disfarce de políticas generalistas, ou seja, que atendem a todos sem distinção.

Se dentro de nossa estrutura social o espaço que esses debates possuem na mídia de massa é limitado, a exemplo do que mostramos ocorrer na matéria da revista Veja, a tendência apontada pelo atual governo federal no lançamento de sua campanha contra a violência doméstica no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil foi a de silenciar a questão de gênero e de apagar os recortes de raça, classe e sexualidade evidenciando em seu discurso que

políticas públicas são tratadas como "produtos" oferecidos por esta gestão e que a preocupação primordial é com a defesa da propriedade privada.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural.** Pólen livros, 1a edição, 2019.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em:https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019. Acesso em 10/7/2020.

CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. Canal TVBrasilgov. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=wzk70c5UNxg. Acesso em 20/7/2020.

COLLINS, Patricia H. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. E-book Boitempo, 2019. Arquivo Kindle, parte 1, capítulo1.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens:** interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. Tradução: Paula Granato e Gregório Benevides. In: Corpos em aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e 2020 sexualidade / Ana Claudia Aymoré Martins, Elias Ferreira Veras (organizadores). - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2020. (Educação e direitos humanos: diversidade de gênero, sexual e étnico-racial).

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira, 1a ed. Cobogó, 2019.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Enfrentando a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/cartilha-auxilia-mulheres-no-enfrentamento-a-violencia/Cartilhaenfrentamento_QRCODE1.pdf. Acesso em 10/7/2020.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes editores, 2a ed., 2016.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccineli Orlandi et al. 4a ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

QUADROS, Paulo. **Dissimulacro-Ressimulação:** ensejos da cultura do ódio na era do Brasil pós-verdade. Media & Jornalismo, Lisboa, v. 18, n. 32, p. 201-218, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000100015&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 10/7/2020.

REAL, Amazônia. **Um vírus e duas guerras:** Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19. Disponível em https://ponte.org/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/#/. Acesso em 17/7/2020.

REUTERS. **Mulheres negras estão 50% mais vulneráveis ao desemprego, mostra pesquisa do Ipea.** Disponível em https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/31/mulheres-negras-estao-50-mais-vulneraveis-ao-desemprego-mostra-pesquisa-do-ipea2018.ghtml. Acesso em 31/3/2020.

SOBOLH, Telma. **Violência contra a mulher:** a pandemia que não cessa. Disponível em:https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/violencia-contra-a-mulher-a-pandemia-que-nao-cessa/. Acesso em 20/7/2020.

Recebido em 2020-07-31
Publicado em 2020-09-21